



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI Nº 660/2008.

Dispõe sobre a revisão e reedição da legislação do Plano Municipal de Educação do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, constante da Lei Municipal nº 311/02, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a edilidade municipal provou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica promovida à revisão e a reedição da Lei Municipal nº. 311, de 08 de novembro de 2002, atualizada nos termos desta Lei, no que tange ao Plano Municipal de Educação, com vigência até 2010.

Art. 2º O Município, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, APP, corpo docente e discente das Escolas Municipais, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal do FUNDEB, bem com a edilidade, promoverá a avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação deste ente federado.

Art. 3º O referido Plano Municipal, destina-se de modo a dar suporte às metas constantes nos Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 4º O Município empenhar-se-á na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade conheça amplamente e acompanhe a implementação deste processo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Bandeirante.

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação promoverá a revisão e atualização anual das tabelas constantes do Plano Municipal de Educação – Quadro Demonstrativo, sendo homologado por ato do executivo Municipal.

Art. 6º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, relativamente às ações desenvolvidas de responsabilidade deste ente federado, em consonância com as disposições constitucionais e legais vigentes.

Art 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 22 agosto de 2008.

JOSÉ CARLOS BERTI
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, ESPORTE E TURISMO**



**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2001 – 2010**

Bandeirante – SC, Julho de 2008.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

COMISSÃO ORGANIZADORA

JOSÉ CARLOS BERTI
Prefeito Municipal

MARIZÉTI HAYDUK
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

ELISIANA WATHIER OLIBONI
Diretora do Departamento de Educação

Conselho Municipal de Educação

MARLEI OLIBONI LAMB
Presidente

Comissão Municipal do Plano Municipal de Educação

Celso Biegelmeier
Elisiana Wathier Oliboni
José Kraickz
Luci Tonini
Maico Kossmann
Marizéti Hayduk
Marlei Felicetti
Marlei Oliboni Lamb
Neila Zimmermann
Odila Teixeira
Sandra Marchesan
Tânia Baptista
Volmar Giongo



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO ORGANIZADORA RESPONSÁVEL PELA REVISÃO

JOSÉ CARLOS BERTI
Prefeito Municipal

MARIZÉTI HAYDUK
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

TÂNIA MARIA RECH BAPTISTA
Diretora do Departamento de Educação

Conselho Municipal de Educação

JULEIDE ALVES DE CAMPUS BASSO
Presidente

Comissão Municipal do Plano Municipal de Educação

CARINE NASCIMENTO COLLI
CLAUDEMIR ANSELMINI
CRISTIANE SQUENA
DIVA TESTOLIN
JULEIDE ALVES DE CAMPUS BASSO
MARIZÉTI HAYDUK
MARLEI OLIBONI LAMB
NEILA ZARBIERI ZIMMERMANN
TÂNIA MARIA RECH BAPTISTA
VANDOR HOFFMEISTER



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ÍNDICE

	I – APRESENTAÇÃO	05
	II – NÍVEIS DE ENSINO	07
1. Educação Infantil		07
1.1. Diagnóstico		07
1.2. Objetivos e Metas		10
2. Ensino Fundamental		11
2.1. Diagnóstico		11
2.2. Objetivos e Metas		21
3. Ensino Médio		22
3.1. Diagnóstico		22
3.2. Objetivos e Metas		26
4. Ensino Superior		27
4.1. Diagnóstico		27
4.2. Objetivos e Metas		28
III – MODALIDADES DE ENSINO	28	
5. Educação de Jovens e Adultos		28
5.1. Diagnóstico		28
5.2. Objetivos e Meta		29
6. Educação Especial		30
6.1. Diagnóstico		30
6.2. Objetivos e Metas		31
7. Educação Profissional		32
7.1. Diagnóstico		32
7.2. Objetivos e Metas		34
8. Educação à Distância e Tecnologias Educacionais		34
8.1. Diagnóstico		34
8.2. Objetivos e Metas		36
IV – MAGISTÉRIO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	37	
9. Formação de Professores e Valorização do Magistério		37
9.1. Diagnóstico		37
9.2. Objetivos e Metas		39
10. Financiamento e Gestão		39
10.1. Diagnóstico		39
10.2. Objetivos e Metas		43
V – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	44	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46	



I - APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 ressurgiu a idéia de um Plano Nacional de longo prazo, com força de Lei, capaz de conferir estabilidades às iniciativas governamentais na área de Educação. O Artigo 214 contempla esta obrigatoriedade.

A Lei nº 9.394/96, que estabelece “As Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe a União, a elaboração do Plano de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Estabelece ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada Lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.

Desta forma, com a preocupação de buscar uma Educação de qualidade para o município de Bandeirante, iniciou-se a construção do Plano Municipal de Educação, fruto da discussão coletiva das comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino e Rede Estadual de Ensino, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. O Plano Municipal de Educação é um instrumento eficaz de gestão para orientar as ações nos próximos dez anos. Foram passados às entidades subsídios para análise e contribuição das mesmas.

Depois de ter feito ampla reflexão sobre a Educação Municipal – seus problemas, suas grandes virtudes e os desafios que o Município de Bandeirante tem que enfrentar nos próximos dez anos para alcançar um nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais, com as demandas da sociedade do conhecimento, com as exigências do mundo globalizado, características do início do século 21, cumprimos o dever de apresentar nosso Plano Municipal de Educação.

Temos certeza de que, ao final deste trabalho, chegamos a um documento que reúne o melhor de todas as contribuições, às quais somamos nossas próprias experiências. Um documento que estabelece objetivos e metas à Educação Municipal para os próximos dez anos, que são:

- Garantia de Ensino Fundamental obrigatório de oito e ou 9 anos respectivamente a todas as crianças a partir de 6 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na Escola e a conclusão desse Ensino;
- Garantia de Ensino Fundamental a todos os que não tiveram acesso a ele na idade própria ou que não a concluíram;
- Ampliação do atendimento nos demais Níveis de Ensino;
- Valorização do Magistério e demais profissionais da Educação;
- Desenvolvimento de Sistemas de Informação e de Avaliação em todos os Níveis e Modalidades de Ensino;
- Promoção de um processo ensino-aprendizagem que privilegia a Educação para o desenvolvimento do indivíduo integral e do cidadão global;
- Busca permanente de processo educativo que contemple a formação ética e de valores, a sensibilidade, o senso estético e o espírito crítico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Embora caiba prioritariamente, ao Sistema Municipal de Ensino o atendimento da Educação Infantil e Ensino Fundamental, este Plano contempla todos os níveis e modalidades de ensino por acreditarmos que somente através do diálogo e da cooperação entre as diferentes Redes e Níveis de Ensino que atuam no Município, conseguiremos atingir os objetivos e metas aqui propostos.

MARIZÉTI HAYDUK
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

II – NÍVEIS DE ENSINO

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1. Diagnóstico

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, quase tudo se decide antes dos 06 anos de idade. A base da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização, forma-se nesse período. Até os três anos de idade, a criança já adquiriu praticamente toda a sua estrutura de comunicação que usará como adulto. Tende já vivenciado experiências marcantes sendo determinante na sua auto-imagem, que servirá para pautar o desenvolvimento futuro.

Tendo em vista que a realidade do município nos últimos anos mudou, onde a mulher está buscando seu espaço no campo de trabalho, para ajudar a suprir as necessidades familiares, pois a situação econômica do país sofre alterações constantemente. Sendo assim as mães sentem a necessidade de ter um local adequado, creche, onde tenha profissionais especializados, formados que garanta à formação do indivíduo, físico, emocional e intelectual.

A ação conjunta família, poder público e sociedade devem proporcionar um bom início de escolaridade dando ênfase de 06 meses aos 05 anos de idade.

A Educação Infantil no município de Bandeirante atualmente atende crianças de 04 aos 05 anos de idade, sendo divididos em turnos de 04 horas diárias, por profissionais da Educação trabalhando a pré-alfabetização, temos também um professor de Educação Física que dá ênfase às questões: Afetividade, interação, cognitivo, social, intelectual, neuro-psicomotor, coordenação motora, equilíbrio, esquema corporal e um professor de Inglês, que trabalha uma aula semanal.

As Escolas Municipais possuem uma estrutura adequada para o atendimento dessas crianças, com material lúdico pedagógico didático de ótima qualidade, onde se faz uma campanha de conscientização da importância da Educação Infantil para o desenvolvimento do indivíduo para ser um ser atuante na sociedade. Diante disso a maioria das crianças na faixa etária de 04 anos a 05 anos está vindo para a Escola, sendo a maioria filhos de agricultores que são beneficiadas com o transporte escolar gratuito.

A Rede Estadual possui uma estrutura, com sala e banheiros separados das demais instalações da Unidade Escolar, precisando de um coberto que ligue as salas. Precisam também de reformas na sala, pátio e parque possibilitando assim maior e melhor atendimento as crianças matriculadas.

Tabela 1.

Número de Crianças de 0 a 5 anos (Educação Infantil) de Bandeirante

Ano de 2001



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				80
ESTADUAL	01				23
TOTAL	03	189	184		103

O município de Bandeirante possui, segundo o último senso da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 373 crianças de 0 a 6 anos, onde 27,6% são atendidos na pré-escola, vale ressaltar que segundo o mesmo senso temos 184 crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, fazendo desta forma o percentual de atendimento subir para 55,98%.

Ano de 2002

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				70
ESTADUAL	01				25
TOTAL	03	232	95		95

Ano de 2003

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				98
ESTADUAL	01				26
TOTAL	03	154	124		124

Ano de 2004

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				97
ESTADUAL	01				21
TOTAL	03	186	118		118

Ano de 2005

Dependência	Nº de	Nº de Crianças	Crianças Atendidas
-------------	-------	----------------	--------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Administrativa	Estabelecimentos	(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				76
ESTADUAL	01				21
TOTAL	03	178	97		97

Ano de 2006

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 6 anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos)
MUNICIPAL	02				63
ESTADUAL	01				17
TOTAL	03	182	80		80

Ano de 2007

Dependência Administrativa	Nº de Estabelecimentos	Nº de Crianças		Crianças Atendidas	
		(0 a 3 anos)	(4 a 5anos)	Creche (0 a 3 anos)	Pré-escola (4 a 5 anos)
MUNICIPAL	02				55
ESTADUAL	01				20
TOTAL	03	165	75		75

Na Educação Infantil o município de Bandeirante até o presente momento não possui atendimento para as crianças de 0 a 3 anos por não possuir creche, porém são atendidas todas as crianças de 4 e 5 anos na Pré-Escola.

Tabela 2.

Quadro de Profissionais da Educação Infantil

Ano de 2001.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Ionara Schenatto	Curs./ Letras	ACT
	Claudinei Cavassini	Ensino Médio	ACT
	Carmen de Prá	Curs. Pedagogia	ACT
	Adriana Bataglin	Curs. Biologia	ACT
Estadual	Carmen de Prá	Curs. Pedagogia	ACT

Ano de 2002.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Claudinei Cavassini	Curs. Pedagogia	ACT
	Marilene Ritter	Curs. Pedagogia	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Curs. Pedagogia	Efetiva

Ano de 2003.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Clarinda Von Dentz	Plena e Espec. na área	ACT
	Neura Trenhago	Curs. Pedagogia	ACT
	Sandra Marchesan	Curs. Pedagogia	ACT
	Silvana Cherobim	Curs. Pedagogia	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Curs. Pedagogia	Efetiva

Ano de 2004.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Clarinda Von Dentz	Plena e Espec. na área	ACT
	Neura Ana Trenhago	Curs. Pedagogia	ACT
	Sandra Marchesan	Curs. Pedagogia	ACT
	Silvana Cherobim	Curs. Pedagogia	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Curs. Pedagogia	Efetiva

Ano de 2005.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Claudinei Cavassini	Curs. Pedagogia	ACT
	Neura Ana Trenhago	Curs. Pedagogia	ACT
	Sandra Loro	Plena e Espec. na área	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Plena e Espec. na área	Efetiva

Ano de 2006.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
Municipal	Fátima Merlini Simonetti	Cur. Plena Ed. Inf.	Efetiva
	Neura Ana Trenhago	Curs. Pedagogia	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Plena e Espec. na área	Efetiva

Ano de 2007.

Dependência Administrativa	Nome	Habilitação	Vínculo
----------------------------	------	-------------	---------



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Municipal	Fátima Merlini Simonetti	Cur. Plena Ed. Inf.	Efetiva
	Neura Ana Trenhago	Lic. Plena Pedagogia	ACT
Estadual	Luci Sebastiana Tonini	Plena e Espec. na área	Efetiva

1.2. Objetivos e Metas

1. Implantação de creche com capacidade mínima para 80 crianças, que atenda filhos de servidores públicos de agricultores e outros, selecionados por requisitos estipulados pela Secretaria de Educação do município;
2. Profissionais da Educação Infantil que possuem formação em nível de 3º grau;
3. Implementar programas de formação em serviço com parceria financeira do Estado, União, Município para atualização permanente dos conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como a formação de pessoal auxiliar;
4. Curso de aperfeiçoamento específico na área (0 a 03 anos) e (04 a 05 Anos);
5. Socialização de atividades escolares em todos os segmentos;
6. Atendimento as crianças com alimentação adequada e de acordo com a faixa etária, com acompanhamento de nutricionista;
7. Continuação do transporte escolar para todos os segmentos da Educação;
8. Programas de incentivos a frequência escolar;
9. Participação da família na questão financeira da Unidade Escolar (creche);
10. Atendimento odontológico e psicológico;
11. Criar mecanismos de parceria entre os Setores da Educação, Saúde e Assistência Social na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das creches;
12. Construção de área de lazer, (parque...);
15. Incentivo a busca constante de aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1. Diagnóstico



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

De acordo com a Constituição Brasileira, o Ensino fundamental é obrigatório e gratuito. É básico na formação, pois de acordo com a LDB em seu artigo 32, o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar com o meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população, cujo direito não se refere à matrícula, mas ao ensino de qualidade até a conclusão.

Existe hoje, no Brasil, um amplo consenso sobre a situação e os problemas do Ensino Fundamental. As matrículas do Ensino Fundamental brasileiro superam trinta e cinco milhões, número superior ao de crianças de 7 a 14 anos e que representa 116% dessa faixa etária. Isso significa que há muitas crianças matriculadas no Ensino Fundamental com idade acima de 14 anos.

A exclusão da escola de crianças na idade própria é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar da cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

Em relação ao município de Bandeirante podemos destacar que após a campanha “Toda Criança na Escola” promovida pelo MEC juntamente com a Secretaria da Educação obtivemos um aumento de matrículas referente a alunos que se encontravam fora da escola em situação de exclusão.

Tabela 3

Matrículas no Ensino Fundamental Regular por dependência administrativa

Ano de 2001

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	84	104	188	30,97
MUNICIPAL	02	213	206	419	69,03
TOTAL	03	297	310	607	100

Ano de 2002

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	90	78	168	27,81
MUNICIPAL	02	218	218	436	72,19
TOTAL	03	308	296	604	100

Ano de 2003

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	83	78	161	27,20



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

MUNICIPAL	02	216	215	431	72,80
TOTAL	03	299	293	592	100

Ano de 2004

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	84	87	171	29,64
MUNICIPAL	02	200	206	406	70,36
TOTAL	03	284	293	577	100

Ano de 2005

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	76	99	175	29,97
MUNICIPAL	02	205	204	409	70,03
TOTAL	03	281	303	584	100

Ano de 2006

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	72	90	162	28,22
MUNICIPAL	02	201	211	412	71,78
TOTAL	03	273	301	574	100

Ano de 2007

Dependências Administrativas	Número de escolas	Regular		Total 1ª a 8ª Séries/Ano	%
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		
ESTADUAL	01	65	85	150	27,42
MUNICIPAL	02	196	201	397	72,58
TOTAL	03	261	286	547	100

Tabela 4

Evasão, Transferência e Repetência no Ensino Fundamental Regular por Unidade Escolar

Tabela 4.1.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Escola Municipal Bandeirante

Ano	Matrícula Inicial	Evasão	Repetência	Transferência	Recebidos	Matrícula Final
2000	231	1	17	33	24	221
2001	258	4	11	50	14	218
2002	227	2	20	13	8	220
2003	214	-	22	22	21	213
2004	214	4	11	11	32	231
2005	211	-	7	4	31	238
2006	210	-	17	1	6	215
2007	204	-	4	15	20	209

Tabela 4.2.

Escola Municipal Anita Garibaldi

Ano	Matrícula Inicial	Evasão	Repetência	Transferência	Recebidos	Matrícula Final
2000	219	8	30	18	17	210
2001	216	3	11	30	6	189
2002	209	3	14	13	16	209
2003	217	5	26	10	19	221
2004	195	1	15	11	21	204
2005	196	-	19	9	28	215
2006	201	-	18	7	4	198
2007	196		03	32	9	173

Tabela 4.3.

Escola de Educação Básica Helio Wasum

Ano	Matrícula Inicial	Evasão	Repetência	Transferência	Recebidos	Matrícula Final
2000	229		15	6	7	230
2001	211		9	14	9	206
2002	168	-	19	10	13	171
2003	161	5	25	27	13	142
2004	171	-	17	18	33	186
2005	175	3	50	14	29	187



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

2006	152	1	22	16	10	145
2007	150	1	5	30	13	132

Considerando alguns programas, campanhas e a obrigatoriedade, conforme a Lei, as crianças em idade escolar na sua totalidade estão freqüentando o Ensino Fundamental de nosso município apresentando com isso um baixo índice de evasão escolar. O investimento em profissionais habilitados para um ensino de qualidade juntamente com a freqüência do aluno contribui para que se busque atingir um baixo índice de repetência escolar. Embora seja realizado um trabalho conjunto com especialistas como: psicóloga e orientador educacional, ainda percebem-se dificuldades de aprendizagem a qual se relaciona com o fator econômico, social e psicológico apresentado pela clientela atendida.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Bandeirante, tomando por base a Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005, resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005 e a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 as quais estabelecem e dispõem sobre a duração de 9 (nove) anos do Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6(seis) anos de idade. Após ampla discussão com o Conselho Municipal de Educação e aprovação, ficou estabelecido que a partir do ano de 2007, o Ensino Fundamental do município de Bandeirante passa a ser de 9 anos, gradativamente, cumprindo com o Art. 5º e Art. 87 da Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.

Com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, as etapas de ensino passam a ser distribuídas da seguinte forma:

- Anos Iniciais – (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano) com duração de 5 anos. Faixa etária de 6 a 10 anos de idade;
- Anos Finais – (6º, 7º, 8º, 9º Ano) com duração de 4 anos. Faixa etária de 11 a 14 anos de idade,

A ampliação do Ensino Fundamental tem como objetivo assegurar a todas as crianças maior tempo para a alfabetização, mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e com isso uma aprendizagem mais ampla.

O município possui atualmente uma população de 3.028 habitantes onde cerca de 80% desta habita na zona rural e tem sua economia baseada na agricultura de subsistência. Neste quadro o município sofre com a descapitalização do agricultor que inevitavelmente acaba saindo para outros locais, municípios e estados, em busca de melhores condições de vida o que justifica um grande número de transferências apresentados nos índices da Secretaria.

Levando-se em consideração o grande contingente de alunos oriundos da zona rural o município possui sistema de transporte escolar que garante a locomoção sob todos os aspectos.

Por ser um município essencialmente agrícola, com pequenas propriedades rurais, tendo muitas pessoas que trabalham como diaristas, o índice de desenvolvimento social e a renda percapta são baixos e isso resulta num déficit nos meios que irão subsidiar o processo de aprendizagem extra-escolar, pois a grande maioria das famílias não tem acesso direto aos meios de comunicação falada e escrita. Esse contato é restrito ao ambiente escolar onde o aluno tem acesso direto a jornais, revistas, livros, **internet**, a língua escrita e falada. Convém ressaltar que a falta de acesso dos pais às informações necessárias leva as famílias ao descomprometimento em relação a educação de seus filhos.

Tabela 5

Quadro de profissionais do Ensino Fundamental por dependência administrativa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Tabela 5.1.

Escola Municipal Bandeirante e Escola Municipal Anita Garibaldi

Ano 2001

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Vanei Anselmini	1ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Tânia Baptista	4ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Cleusa L.G. Balico	2ª e 4ª séries	Curs. Pedagogia	Efetivo
Fátima Merlini Simonetti	2ª e 3ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Juleide Basso	1ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Silvana Cherobim	1ª e 3ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	Efetivo
Neli Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências	Plena/Ciê.n. e Mat.	Efetivo/ACT
Bráulio Florczak	Ed. Física e En. Religioso	Pós/ Ed. Física	ACT
Claudemir Anselimini	Educação Física	Pós/ Ed. Física	ACT
Cleci Wathier	Arte	Curs. Artes	ACT
Cleusa Marchesan	Matemática	Técnico	ACT
Jânio Correa	Técnicas Agrícolas	Curs. Ciências	ACT
Josicler Klein	Inglês	Curs. Inglês	ACT
Jurandir Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Leni S. Z. Hammes	Língua Portuguesa	Pós/Pedagogia	ACT
Lenize Borghetti	História	Plena/História	ACT
Maria Rugeri	Geografia	Plena/Geografia	ACT
Vilma Schmitt	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	ACT

Ano 2002

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História	Especialização/História	ACT
Bráulio Florczak	Ed. Física	Especialização/ Ed. Física	ACT
Cassiano Marcon	Matemática	Curs. Matemática	ACT
Claudemir Anselimini	Educação Física	Especialização/ Ed. Física	ACT
Cleusa L.G. Balico	2ª e 3ª séries	Curs. Pedagogia	Efetivo
Débora Daltoé	Geografia e En. Relig.	Cursando/Geografia	ACT
Janinha Trenhago	2ª e 4ª série	Especialização/Pedagogia	ACT



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Jânio Correa	Técnicas Agrícolas	Curs. Ciências	ACT
Josicler Klein	Inglês	Curs. Inglês	ACT
Juleide Basso	1ª e 4ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Jurandir Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lenize Borghetti	História	Especialização/História	ACT
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Especialização/Lin. Port.	Efetivo
Luci Lene Furlan	1ª e 3ª séries	Especialização/Pedagogia	ACT
Maria Rugeri	Geografia	Especialização/Geografia	ACT
Margareth Demarco	Língua Portuguesa	Especialização/Lin. Port.	ACT
Neli Reolon Biasi	Matemática	Especialização/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências e En. Relig.	Plena/Ciên. e Mat.	Efetivo/ACT
Paula Scandolaro	Artes e En. Religioso	Curs. Plena	ACT
Sandra Anselmini	Informática	Curs./ Tecnólogo	ACT
Vanei Anselmini	1ª série	Especialização/Pedagogia	Efetivo
Vilma M. Schmith	Língua Portuguesa	Especialização/Lin. Port.	ACT

Ano 2003

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História	Especialização /História	ACT
Bráulio Florczak	Ed. Física e En. Relig.	Especialização / Ed. Física	ACT
Carmen de Prá	1ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Clarinda Von Denz	3ª série	Especialização/Pedagogia	ACT
Claudemir Anselimini	Educação Física	Especialização / Ed. Física	Efetivo
Cleusa L.G. Balico	1ª e 4ª séries	Curs. Pedagogia	Efetivo
Cristina Guadanin	Técnicas Agrícolas	Mestrado	ACT
Débora Daltoé	Geografia	Curs./Geografia	ACT
Elisiana Oliboni	Matemática/En. Relig.	Especialização/Matemática.	Efetiva
Ionara Schenatto	Lín. Port./Hist./En. Rel.	Especialização/Português	ACT
Janinha Trenhago	2ª séries	Especialização	ACT
Jurandir Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Especialização/Lin. Port.	Efetivo
Luci Lene Furlan	3ª séries	Especialização/Pedagogia	ACT
Neli Reolon Biasi	Matemática	Especialização/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências	Plena/Ciên. e Mat.	Efetivo/ACT
Paula Scandolaro	Artes e En. Religioso	Plena/Artes	Efetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Sandra Anselmini	Informática	Curs./ Tecnólogo	ACT
Vanei Anselmini	1ª e 4ª série	Especialização/Pedagogia	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês	Especialização/Ingles	Efetiva

Ano 2004

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História e En. Religioso	Pós/História	ACT
Adriana Bataglin	Ciências e En. Religioso	Cursando/Biologia	ACT
Ceci Morandin	2ª e 4ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Clarinda Von Denz	2ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Claudemir Anselimini	Educação Física	Pós/ Ed. Física	Efetivo
Claudinei Cavassini	3ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Clésia Guaragni	História	Cursando/História	ACT
Cleusa L.G. Balico	1ª séries	Curs. Pedagogia	Efetivo
Débora Daltoé	Geografia e En. Religioso	Curs./Geografia	ACT
Elisiana Wathier Oliboni	Matemática	Pós/Matemática.	Efetiva
Gisele Bernardan	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Ionara Schenatto	Lín. Port./ En. Religioso	Plena Portugues	ACT
Jânio Correa	Técnicas Agrícolas	Curs. Ciências	ACT
Josicler Klein	Inglês	Pena em Inglês	Efetiva
Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física	Curs./ Ed. Física	ACT
Keli Bedin	Inglês	Técnica	ACT
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	Efetivo
Neli Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências e En. Religioso	Plena/Ciên. e Mat.	Efetivo
Paula Scandolaro	Artes	Plena/Artes	Efetiva
Salete Merlini	4ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Sandra Anselmini	Informática	Curs./ Tecnólogo	ACT
Vanei Anselmini	1ª e 3ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês	Pós/Ingles	Efetiva

Ano 2005

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Alexandre Loro	Ed. Física	Curs. Pós/Ed Física	ACT



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Elizabete Klagenberg	2ª e 3ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Clarice Rigo	Geografia	Mestrado	ACT
Clésia Guaragni	História e En. Religioso	Cursando/História	ACT
Cleusa L.G. Balico	1ª e 2ª séries	Curs. Pedagogia	Efetivo
Elisangela Ecker	Lín. Portuguesa/En. Religioso	Plena em Portugues	ACT
Elisiana Wathier Oliboni	Matem. e En. Religioso	Pós/Matemática.	Efetiva
Joiciane Pagliarini	Ed. Física	Curs. Pós/Ed Física	ACT
Josicler Klein	Inglês	Pena em Inglês	Efetiva
Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física	Curs./ Ed. Física	ACT
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	Efetivo
Luci Lene Furlan	1ª e 4ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Micheli Battisti	Reforço Escolar	Curs. Ed. Especial	ACT
Neli Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências	Pós//Ciên. e Mat.	Efetivo
Neura Trenhago	3ª e 4ª séries	Curs. Pedagogia	ACT
Odair Scheneider	Téc. Agrí./En. Rel. e Ciências	Curs. Ciê.Biológicas	ACT
Paula Scandolaro	Artes	Plena/Artes	Efetiva
Sandra Anselmini	Informática	Plena em Tecnólogo	ACT
Vanei Anselmini	1ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês	Pós/Ingles	Efetiva

Ano 2006

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Ana Carla Port Horn	2ª e 4ª série	Pedagogia	ACT
Clarice Rigo	Geografia e En. Religioso	Mestrado	Efetiva
Claudete Kuhn	3ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Clésia Guaragni	História	Cursando/História	ACT
Cleusa L.G. Balico	1ª séries	Pós/Pedagogia	Efetivo
Elisiana Wathier Oliboni	Matemática e Ciências	Pós/Matemática.	Efetiva
Fátima Merlini Simonetti	1ª série	Curs. Pós	ACT
Joiciane Pagliarini	Ed. Física	Curs. Pós/Ed Física	ACT
Josicler Klein	Inglês En. Religioso	Pena em Inglês	Efetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física	Curs.Pós/Ed. Física	Efetivo
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	Efetivo
Luci Lene Furlan	1ª e 4ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Márcia Lippert	Lín. Portug. e En. Religioso	Pós/Lin. Port.	ACT
Micheli Battisti	Técnicas Agrícolas	Curs. Ed. Especial	ACT
Neli Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências	Pós Ciên. e Mat.	Efetivo
Paula Scandolaro	Artes	Plena/Artes	Efetiva
Rosana de Moura	Ed. Física	Curs. Pós/Ed Física	ACT
Sandra Anselmini	Informática	Plena em Tecnologia	ACT
Vanei Anselmini	2ª e 3ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês	Pós/Ingles	Efetiva

Ano 2007

Nome	Série/Disciplina	Habilitação	Vínculo
Ana Carla Port Horn	1ª e 4ª série	Pedagogia	ACT
Clarice Rigo	Geografia e En. Religioso	Mestrado	Efetiva
Claudete Kuhn	Reforço Escolar	Curs. Pedagogia	ACT
Claudinei Cavassini	4ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Clésia Guaragni	História	Plena em História	ACT
Cleusa L.G. Balico	2ª e 3ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Elisiana Wathier Oliboni	Mat., Ciên. e En. Religioso	Pós/Matem. e Ciências	Efetiva
Fátima Merlini Simonetti	2ª série	Curs. Pós	ACT
Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física e En. Religioso	Pós/Ed. Física	Efetivo
Lucia Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/Lin. Port.	Efetivo
Luci Lene Furlan	2ª e 4ª série	Pós/Pedagogia	ACT
Márcia Lippert	Lín. Port./Inglês e En. Rel.	Pós/Lin. Port. e Inglês	ACT
Micheli Battisti	Ed. Especial	Pós /Psicopedagogia	ACT
Neli Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	Efetivo
Nelso Dal Bello	Ciências	Pós/Ciên. e Mat.	Efetivo
Paula Scandolaro	Artes	Pós/Artes	Efetiva
Rosana de Moura	Ed. Física	Pós/Ed Física	ACT
Sandra Anselmini	Informática	Pós Inf. e Infor. Apl. Educ.	ACT
Vânia Merlini	Inglês	Pós/Ingles	Efetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Vanei Anselmini	1ª e 3ª série	Pós/Pedagogia	Efetivo
Volnei Biffe	Técnicas Agrícolas	Técnico	ACT

Tabela 5.2.

Escola de Educação Básica Helio Wasum

Ano 2001

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Luci Tonini	4ª série e 2ª série	Magistério	Efetivo
Lorena Martini	Classe Ac. 2	Curs. Pedagogia	Efetivo
Cleonice Zorzo	4ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Juleide Basso	3ª série	Curs. Pedagogia	ACT
Neura Tregnago	1ª série	Magistério	ACT
Marizéti Hayduk	Classe Ac. 3	Pós/Ed. Física	Efetivo
Lucia Mª Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Lenize Borghetti	História	Plena/História	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês	Curs. Letras/Inglês	ACT
Jurandir Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Jânio Correa	Matemática/Ciências	Curs. Ciências	ACT
Marisa Basei	Matemática	Plena/Matemática	Efetivo
Odila Teixeira	Arte	Curs. Pedagogia	ACT
Neli T. Reolon Biasi	Matemática	Pós/Matemática	ACT
Airton Tonini	Geografia	Plena/Geografia	Efetivo
Nelson Dal Bello	Matemática/Ciências	Plena/Mat. e Ciên.	ACT

Ano 2002

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Adriana Bataglin	Ciências e En. Religioso	Curs. Biologia	ACT
Airton Tonini	Geografia	Plena/Geografia	Efetivo
Andréia Elisa Daltoé	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Débora Daltoé	História	Curs. Geografia	ACT
Jânio Correa	Matemática	Curs. Ciências	ACT
Jurandir Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magistério/Curs. Pedagogia	Efetivo
Lucia Mª Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Luci Tonini	2ª série e 3ª série	Curs. Pedagogia	Efetivo
Odila Teixeira	Arte	Curs. Pedagogia	ACT
Sandra Regina Anselmini	Arte	Curs./ Tecnólogo	ACT
Vânia Merlini	Inglês	Curs. Letras/Inglês	ACT

Ano 2003

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Airton Felisberto Tonini	História e Geografia	Pós/ História e Geografia	Efetivo
Josicler de Carvalho Klein	Inglês e Ens. Relig.	Lic. Plena/Inglês	ACT
Jurandir Carlos Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magistério/Curs. Pedagogia	Efetiva
Lucia Mª Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Neli Terezinha Reolon Biasi	Matemática e Ciências	Pós/Matemática e Ciências	Efetiva
Odila Irene Teixeira	2ª e 3ª série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva
Rosilene de Marco Sbeghen	Artes	Pós/Artes	Efetiva

Ano 2004

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Airton Felisberto Tonini	História	Pós/ História e Geografia	Efetivo
Andréia Elisa Daltoé	Educação Física	Pós/Educação Física	ACT
Jurandir Carlos Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magistério/Curs. Pedagogia	Efetiva
Lucia Mª Anselmini	Lín. Port. e Ens. Rel.	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Márcia Lippert	Inglês	Plena/ Inglês	ACT
Neli Terezinha Reolon Biasi	Matem. e Ciências	Pós/Matemática e Ciências	Efetiva
Nelso Pedro Dal Bello	Ciências	Plena/Ciências	Efetivo
Odila Irene Teixeira	2ª e 3ª série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva
Rosângela Gava Périco	Geog. e Ens. Relig.	Pós/Geografia	Efetiva
Rosilene de Marco Sbeghen	Artes	Pós/Artes	Efetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Ano 2005

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Airton Felisberto Tonini	História e Geografia	Pós/ História e Geografia	Efetivo
Ana Maria Chechi	Artes	Pós/Artes	Efetiva
Jurandir Carlos Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magistério/Curs. Pedagogia	Efetiva
Lucia Mª Anselmini	Português e Ens. Relig.	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Odila Irene Teixeira	2ª e 3ª série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva
Neli Terezinha Reolon Biasi	Matemática e Ciências	Pós/Matemática e Ciências	Efetiva
Nelso Pedro Dal Bello	Ciências	Plena/Ciências	Efetivo
Rosana de Moura	Educação Física	Plena em Educação Física	ACT
Rosângela Gava Périco	Geografia e Ens. Relig.	Pós/Geografia	Efetiva
Rosilene de Marco Sbeghen	Artes	Pós/Artes	Efetiva

Ano 2006

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Ana Maria Chechi	Artes	Pós/Artes	Efetiva
Airton Felisberto Tonini	História	Pós/ História e Geografia	Efetivo
Jurandir Carlos Tonietto	Educação Física	Curs. Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magist./Curs. Pedagogia	Efetiva
Lucia Mª Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Neli Terezinha Reolon Biasi	Matemática e Ciências	Pós/Matem. e Ciências	Efetiva
Nelso Pedro Dal Bello	Ciências	Plena/Ciências	Efetivo
Odila Irene Teixeira	2ª e 3ª série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva
Rosângela Gava Périco	Geografia e Ens. Religioso	Pós/Geografia	Efetiva
Rosana de Moura	Educação Física	Plena em Educação Física	ACT

Ano 2007

Nome	Série	Habilitação	Vínculo
Ana Maria Chechi	Artes	Pós/Artes	Efetiva
Airton Felisberto Tonini	História	Pós/ História e Geografia	Efetivo
Isabel Telles da Silva	2ª Série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Joiciane Pagliarini	Ed. Física e Ens. Religioso	Pós/Educação Física	ACT
Jurandir Carlos Tonietto	Educação Física	Pós/Pedagogia	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lorena Martini	1ª e 4ª série	Magist./Curs. Pedagogia	Efetiva
Luci Sabastiana Tonini	3ª Série	Pedagogia/Curs. Pós	Efetiva
Lucia Mª Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Neli Terezinha Reolon Biasi	Matemática e Ciências	Pós/Matem. e Ciências	Efetiva
Nelso Pedro Dal Bello	Ciências	Plena/Ciências	Efetivo
Rosangela Gava Périco	Geog., Ens. Relig. e Artes	Pós/Geografia	Efetiva

2.2. Objetivos e Metas

1. Assegurar cursos de formação humana adequada ao surgimento de novos paradigmas em período integral da vigência deste Plano.
2. Universalizar o acesso ao Ensino Fundamental e garantir a permanência de todas as crianças na escola.
3. Assegurar a melhoria da infra-estrutura física das escolas, contemplando desde a construção, a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, as adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, e os espaços e equipamentos destinados às atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas.
4. Incentivar a participação da comunidade na gestão das escolas.
5. Prover as escolas de literatura, textos científicos, obras básicas de referências, livros e materiais didáticos pedagógicos de apoio ao professor.
6. Prover transporte escolar na zona rural, quando necessário, em parceria com os pais, o Estado e a União, de forma a garantir a escolarização dos alunos.
7. Garantir, com a colaboração da União e Estado, o provimento da Alimentação Escolar.
8. Assegurar a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas.
9. Estimular a participação da comunidade na manutenção física e melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho comunitário.
10. Manter nas escolas profissionais em especial de orientação pedagógica que ofereçam suporte pedagógico às atividades dos docentes.
11. Incentivar a avaliação e auto-avaliação da instituição escolar.
12. Atualizar e informatizar o acervo bibliográfico com implantação e ampliação das bibliotecas escolares.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

13. Garantir cursos de aperfeiçoamento aos professores nas áreas específicas.
14. Criar salas de reforço escolar de acordo com a necessidade.
15. Implantar a língua cultural do município conforme sua colonização prioritariamente o italiano/alemão.
16. Implantar aulas de Técnicas Agrícolas nas escolas do município assegurando a continuidade da cultura familiar, através de projetos viáveis à agricultura.

3. ENSINO MÉDIO

3.1. Diagnóstico

Tendo em vista o processo de modernização que ocorre no país, o Ensino Médio tem um importante papel a desempenhar. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do Ensino Médio foi um poderoso fator de formação da cidadania e de qualificação do trabalhador.

A qualificação para o trabalho não significa o ensino técnico haja vista que este já não existe mais em nosso país, no entanto se processa também pela formação geral, pelo aprofundamento do domínio da Língua, da Matemática, das Ciências, tanto as exatas quanto às humanas, bem como pelo aprendizado de uma Língua Estrangeira, sendo esta o Inglês.

Entre os diferentes Níveis de Ensino, o Ensino Médio foi o que nos últimos anos, enfrentou a maior crise em termos de ausência de consenso sobre os rumos que deveria seguir. Há, portanto, a necessidade de estabelecer uma nova direção, como também de prover recursos materiais e humanos para sua necessária expansão. Com a universalização do acesso ao ensino fundamental, o aumento de concluintes e com o transporte escolar gratuito oferecido com recursos próprios da municipalidade, esta expansão já está ocorrendo e deverá ampliar-se. Em Bandeirante, no período de 1997 a 2001, a matrícula evoluiu de 87 alunos para 115 alunos, trazendo um acréscimo de 32,2% nas matrículas.

O número de jovens estimados na faixa etária de 15 a 19 anos em Bandeirante, no ano de 2007 é de 305 destes, 41,96% encontra-se na Escola. Percebe-se que houve avanço significativo se comparado ao ano de 2001 quando o percentual de jovens estudando era de 36,98%.

Tabela 6
Matrícula no Ensino Médio por Ano

ANO	Nº DE MATRÍCULA
1997	87
1998	86
1999	93
2000	94
2001	115
2002	160
2003	240
2004	126
2005	126
2006	125
2007	128



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Fonte: Escola de Educação Básica Helio Wasum.

A necessidade dos jovens em concluir o Ensino Médio, atesta o caráter público deste Nível de Ensino. A expansão futura dependerá de uma criteriosa aplicação dos recursos vinculados a Educação, especialmente, porque não há para este Nível de Ensino recursos adicionais, como o Salário Educação existente para financiar o Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que a necessidade da oferta do Ensino Médio é preceito constitucional, o que determina sua progressiva universalização. É necessário, entretanto que a expansão desse Nível de Ensino se faça com a garantia da qualidade, avaliado pelo Exame Nacional Ensino Médio (ENEM), Sistema de Avaliação do Ensino Médio (SAEM), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e sistemas de avaliação afins.

A recente reforma do Ensino Médio, proposta pelo MEC, procura assegurar essa expansão com qualidade, introduzindo uma nova concepção curricular que, atendendo às determinações da LDB, permite uma formação geral sólida e possibilita uma preparação para o trabalho, que pode incluir disciplinas que capacitem os alunos para exercerem atividades profissionais no setor terciário da economia.

A nova concepção pela versatilidade e flexibilidade, tornará viável a continuidade e expansão desse Nível de Ensino, tendência que se ampliará pela própria elevação das taxas de conclusão que se começa a verificar no Ensino Fundamental.

As metas de expansão da oferta e de melhoria da qualidade do Ensino Médio devem estar associadas às de formação, capacitação e valorização do magistério. Observa-se no município de Bandeirante a carência de profissionais de educação habilitados, o que constitui um problema, sendo que apenas 33,3 % destes são habilitados.

Se observarmos os quadros em anexo que contempla os profissionais do Ensino Médio, percebe-se que esta carência de profissionais habilitados para trabalhar nesta área em parte foi suprida com o passar do tempo.

Tabela 7

Quadro de profissionais do Ensino Médio

Ano 2001

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Lucia M ^a Anselmini	Língua Portuguesa	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Marlei Lamb	Filosofia/Arte	Curs. Pós/Pedag.	ACT
Vânia Merlini	Inglês/Est. Regionais	Curs. Letras/Ing.	ACT
Elisiana Wathier Oliboni	Matemática/Física	Pós/Matemática	ACT
Adriana Bataglin	Biologia/Mat. Financeira	Curs. Biologia	ACT
Airton Tonini	Geografia	Plena/Geografia	Efetivo
Simone Bracht	Química	Ed. Geral	ACT
Lenize Borghetti	História	Plena/História	ACT

Ano 2002



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Adriana Regina Bataglin	Biologia/Matemática	Curs. Biologia	ACT
Airton Tonini	História/Geografia/Disc. Diversif.	Plena/Geografia	Efetivo
Andréia Elisa Daltoé	Ed. Física	Curs. Ed. Física	ACT
Juleide Basso	Geografia/Ed. Física	Curs. Pedagogia	ACT
Lucia M ^a Anselmini	Língua Portuguesa/Sociologia	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Marcos Luiz Penz	Química	Magistério	ACT
Marlei Lamb	Filosofia/Arte/Sociologia	Curs. Pós/Pedag.	ACT
Nelso Pedro Dal Bello	Física	Lic. Plena Ciên. / Mat.	Efetivo
Vânia Merlini	Inglês/Est. Regionais	Curs. Letras/Ing.	ACT

Ano 2003

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Adriana Regina Bataglin	Biologia	Curs. Biologia	ACT
Airton Tonini	História/Geografia/Disc. Diversif.	Plena/Geografia	Efetivo
Juleide Basso	História/Disc. Diversif./Gestão	Curs. Pedagogia	ACT
Lucia M ^a Anselmini	Língua Portuguesa/Sociologia	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Marcos Luiz Penz	Matemática/Física/Gestão	Magistério	ACT
Marlei Lamb	Filosofia/Arte/Sociologia	Curs. Pós/Pedag.	ACT
Rosilene Demarco Sbeghen	Arte	Pós/Arte	Efetiva
Vânia Merlini	Inglês/Est. Regionais	Curs. Letras/Ing.	ACT
Vilson José Périco	Química	Ed. Geral	ACT

Ano 2004

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Adriana Regina Bataglin	Biol./Física/Química/Est. Reg.	Curs. Biologia	ACT
Airton Tonini	História/Geografia	Plena/Geografia	Efetivo
Lucia M ^a Anselmini	Lín. Port./Est. Reg./Sociologia	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Marlei Lamb	Sociologia/Filosofia	Pós/Pedagogia	ACT
Rosilene Demarco Sbeghen	Arte	Pós/Arte	Efetiva
Nelso Pedro Dal Bello	Matemática/Química/Física	Lic. Plena Ciên. e Mat.	Efetivo
Andréia Elisa Daltoé	Ed. Física	Lic. Plena Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Márcia Lippert	Inglês	Plena/ Inglês	ACT



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Ano 2005

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História/Geografia	Pós/Geog./História	Efetivo
Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física	Lic. Plena Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Laércio Lucas Almeida	Química	Curs. Lic. Em História	ACT
Lucia M ^a Anselmini	Lín. Port./Est. Reg./Sociologia	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Marlei Lamb	Filosofia	Pós/Pedagogia	ACT
Nelso Pedro Dal Bello	Matemática/Física	Lic. Plena Ciên.e Mat.	Efetivo
Rosane Scherner	Biologia	Lic. Plena Biologia	Efetiva
Rosilene Demarco Sbeghen	Arte/Sociologia	Pós/Arte	Efetiva

Ano 2006

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História/Geografia	Pós/Geografia/História	Efetivo
Ana Maria Chechi	Arte	Lic. Plena em Arte	Efetiva
Elisiana Wathier Oliboni	Matemática/ Est. Regionais	Pós/Matemática	Efetiva
Júnior Draszewski	Filosofia/Sociologia	Lic. Plena Fil./ Soc.	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lucia M ^a Anselmini	Lín. Port./Est. Reg./História	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Nelso Pedro Dal Bello	Biologia/Química/Física	Pós em Ciên.e Mat.	Efetivo
Rosana de Moura	Ed. Física	Pós/Ed. Física	ACT
Rosane Scherner	Biologia	Lic. Plena Biologia	Efetiva

Ano 2007

Nome	Disciplina	Habilitação	Vínculo
Airton Tonini	História/Geografia/Sociologia	Pós/Geografia/História	Efetivo
Elisiana Wathier Oliboni	Matemática/Química/Filosofia	Pós/Matemática	Efetiva
Jurandir Carlos Tonietto	Ed. Física	Pós/Ed. Física	ACT
Lídia Salete Berté	Inglês	Pós/Inglês	Efetiva
Lucia M ^a Anselmini	Lín. Port./Est. Reg./Filos./Arte	Pós/ Lin. Port.	Efetivo
Nelso Pedro Dal Bello	Biol./Quím./Fís./Soc./Est. Reg.	Pós em Ciên.e Mat.	Efetivo
Rosane Scherner	Biologia	Lic. Plena Biologia	Efetiva

3.2. Objetivos e Metas



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

1. Ampliar progressivamente a matrícula no Ensino Médio, de forma que atenda, no final da década, 90% dos concluintes do Ensino Fundamental.
2. Reduzir em 5% ao ano a repetência e a evasão, de forma que diminua para quatro anos o tempo médio para conclusão do Ensino Médio.
3. Implantação de aulas de Educação Física, no Ensino Médio, no período noturno, na Base Comum.
4. Reavaliação do processo ensino-aprendizagem das aulas de Inglês, onde o educando tenha aulas orais de Inglês.
5. Investimento na Unidade Escolar em palestras e viagens de estudo.
6. Assegurar até 2006, que todos os professores do Ensino Médio possuam diploma de Nível Superior, oferecendo inclusive oportunidades de formação deste nível de ensino àqueles que não a possuem.
7. Capacitação continuada dos profissionais do Ensino Médio.
8. Acesso às Universidades sem prestar vestibular, valorizando assim a caminhada que o aluno já fez no Ensino Médio.
9. Continuidade do Transporte Escolar gratuito e de segurança para os alunos do Ensino Médio, através de verbas específicas.
10. Adequar a escola, aos padrões mínimos para o funcionamento incluindo instalações físicas e sanitárias adequadas ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, espaço para lazer, cultura e esporte, biblioteca, laboratórios (Matemática, Biologia, Química, Física, Línguas e Informática com internet) e material de apoio didático pedagógico.
11. Incentivar a participação da comunidade na manutenção e melhoria do funcionamento das escolas.
12. Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar.
13. Adotar medidas para ampliar a oferta diurna do Ensino Médio e manter a oferta noturna de forma a garantir o atendimento aos alunos que trabalham.
14. Ampliar, através do Ensino à Distância, as oportunidades de acesso a cursos e utilizar o mesmo material como instrumento pedagógico auxiliar no Ensino Regular de Nível Médio.

4. ENSINO SUPERIOR

4.1. Diagnóstico

Nenhum país pode aspirar ser desenvolvido e independente, sem um sistema de educação superior forte.

A Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a Educação efetiva-se mediante a garantia de, entre outros, acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso ao Ensino Superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim a porcentagem de matrícula no Ensino Superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos, que é de menos de 12%, compara-se muito desfavoravelmente com os índices da Argentina (40%), Chile (20,6%), Venezuela (26%) e mesmo da Bolívia (20,6%). O nível de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil exige uma expansão acelerada desse Nível de Ensino. Está acontecendo, e tenderá a aumentar uma pressão para a expansão, em decorrência do aumento acelerado do número de egressos do Ensino Médio.

Não há, por outro lado, possibilidade de expansão que dispense a colaboração do setor privado. Hoje o setor público (estadual e federal) oferece cerca de 40% das vagas disponíveis e o setor privado, as restantes. Há necessidade de expansão do setor público, que, pelo menos, mantenha a proporção atual, para que possa atender a demanda oriunda de alunos das camadas mais pobres da população, egresso do Ensino Médio da Rede Estadual Pública.

As universidades públicas têm um papel importante a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação *stricto sensu*, seja como padrão de referência no ensino de graduação. Além disso, cabe-lhe qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes do ensino superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.

Há que se pensar, também, na expansão no pós-secundário, isto é, na formação de Nível Superior de menor duração que podem atender muitas das necessidades de qualificação em áreas técnicas e profissionais.

Se compararmos os índices de ingresso de acadêmicos no ensino superior na atualidade, percebe-se que houve um significativo avanço em relação há uma década atrás. Tal fator está intimamente ligado ao surgimento de universidades na região, a oferta de cursos a preços mais acessíveis economicamente e devido à política educacional de incentivo ao Ensino Superior adotada pelo município. Sendo que através da Secretaria de Educação tem disponibilizado através do transporte gratuito a todas as pessoas regularmente matriculada nas universidades.

No entanto, ainda há muito que se avançar, devido o município ser essencialmente agrícola e pelo fato de que alguns segmentos sociais ainda não estão inseridos no contexto educacional, por diversos fatores, sendo eles: Cultural, econômico e social. Diante disso vê-se a necessidade de buscar maiores informações na área rural, incentivar os munícipes a estudar nas universidades mais próximas.

Em se tratando do quadro de profissionais da área da educação no município de Bandeirante, podemos afirmar que a grande maioria possui qualificação profissional e estão em permanente processo de formação, sendo que o município oferece apoio a todos que buscam aperfeiçoamento.

4.2. Objetivos e Metas

1. Dar incentivo aos munícipes para a continuidade dos estudos, através de transporte gratuito a universidade.
2. Durante os dez anos desenvolver trabalhos de sensibilização para que os concluintes do Ensino Médio compreendam da necessidade de continuidade dos estudos.
3. Buscar vínculos com a União e Estado para implantação de maior variedade de Cursos de Nível Superior em nossa região, especialmente cursos afins na Área Agrícola.
4. Apoiar a instalação da UDESC na região, oferecendo Ensino Superior gratuito.

III – MODALIDADES DE ENSINO



5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1. Diagnóstico

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização têm implicações diretas dos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competência para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restritas a um período particular da vida. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida a de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, a ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente ao Ensino Fundamental.

De acordo com a Carta Magna (Art. 208) a modalidade de Ensino “educação de jovens e adultos”, no Nível Fundamental deve ser oferecida gratuitamente a todos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Esta diretriz constitucional há de ser concretizado com este Plano Municipal de Educação.

Se voltarmos à história percebe-se que desde 2001, avançamos na área de Educação de Jovens e Adultos, pois foram formados alunos na classe de Aceleração do Ensino Médio e uma Telessala de Ensino Fundamental, além de vários alunos estarem freqüentando CEJA – SMO, que oferece o Ensino Fundamental e Médio de forma modularizada, freqüência garantida pelo apoio prestado pela Prefeitura Municipal.

Vale salientar que a partir do ano de 2003, foram implantadas turmas de alfabetização de adultos no município em parceria com o CEJA de São Miguel do Oeste, no intuito de melhorar os índices de alfabetização, os quais se encontravam altos se levados em consideração com o número de habitantes.

Mesmo que a Educação de Jovens e Adultos seja dever do estado, o município vem contribuindo significativamente para a efetivação do sucesso desta modalidade de Ensino através de parcerias, pois é nele que se observa a gravidade do problema. Um agravante na busca de melhorias e soluções é distância da moradia até o estabelecimento de ensino aos que necessitam do regresso à escola, sendo, portanto à distância o maior empecilho na efetivação de programas que visem a Educação, além da cultura local (quem trabalha na roça não precisa mais do que ler e escrever), compondo-se com o trabalho diário das pessoas que é a agricultura que justifica os 80% da população na zona rural.

5.2. Objetivos e metas

1. Erradicar o analfabetismo de jovens e adultos no município de Bandeirante, através de parcerias no prazo de 10 anos.
2. Oferecer a Educação de Jovens e Adultos em sala destinada a este fim e em diferentes horários.
3. Criar núcleos de alfabetização de jovens e adultos nas comunidades do interior.
4. Oferecer ensino modularizado através de parceria com o Estado.
5. Incentivar a população que conclui as quatro séries iniciais para que recebam formação equivalente ao Ensino Fundamental completo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

6. Criar condições de atendimento nos cursos supletivos do Ensino Médio.
7. Aperfeiçoar e ampliar o Sistema de Certificado de Competências para prosseguimento de estudos.
8. Expandir o Sistema de Educação à Distância com a finalidade de promover a educação de adultos com qualidade.

6. EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.1. Diagnóstico

A Educação Especial é considerada pela Constituição Federal, parte inseparável do direito à Educação.

O acesso à formação que propicia o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, sensoriais, afetivas e intelectuais das crianças constitui problema extremamente sério para as famílias com filhos portadores de necessidades especiais.

A Educação Especial se destina às necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiências físicas, sensoriais, mentais ou múltiplas, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

A integração dessas pessoas nos Sistemas de Ensino Regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar de sorte que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidas em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. Uma política explícita e vigorosa de integração, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que as pessoas especiais tenham seus direitos à Educação assegurada. Tal política abrange o *âmbito social* do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estar integrados na sociedade o mais plenamente possível e o *âmbito educacional*, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos. O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão reorienta-se para prestarem apoio aos programas de integração.

O desejo do município é ampliar a oferta de Educação Especial a todas as pessoas portadoras de deficiência com atendimento em classes comuns, de recursos, ala especial e escola especial. Sendo que, para isso ocorrer far-se-á campanhas para que nenhum deficiente deixe de usufruir seus direitos de cidadania garantidos pela constituição. Atualmente, os mesmos são atendidos, fora do município na Escola Especial e no município no Ensino Regular e na classe de recurso.

A classe de recurso foi implantada no município no ano de 2007, sendo esta atendida por profissional formada em Pedagogia Educação Especial e com especialização em Psicopedagogia, a qual atende alunos com necessidades especiais múltiplas, bem como alunos com baixo rendimento escolar os quais necessitam de reforço escolar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Entretanto, sabemos que, para uma educação de qualidade, além de termos profissionais com cursos específicos é necessário a realização de trabalhos com os familiares dessas pessoas, pois muitas vezes, encontram-se dificuldades no desenvolvimento das atividades por falta de instrução dos pais. Em relação à qualificação profissional, ofertar cursos que abrangem a comunidade em geral, pois assim, os Planos de Educação conseguem serem ouvidos por toda a sociedade. Também sentimos a necessidade de conscientização da sociedade em si, para a prevenção de algumas deficiências, envolvendo os setores da educação, saúde e assistência, pois é fundamental e potencializa a ação de cada um.

Todas estas possibilidades têm como objetivo a integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no Sistema Regular de Ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar um atendimento em classes e escolas especializadas.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que, para esses alunos, quanto mais cedo forem detectados os problemas e oferecidos programas especiais de atendimento, tanto maiores serão as possibilidades de atenuação das conseqüências das deficiências.

Isso coloca sobre o Poder Público em parceria com outras instituições a responsabilidade de prover o atendimento precoce às crianças de até três anos portadoras de deficiências, que é particularmente essencial para esta clientela. A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer esse atendimento, nas creches, em instituições especializadas e em outras instituições de Educação Infantil, coloca-se, assim, como prioridade fundamental para o Plano Municipal de Educação.

O grande desafio desta década é proporcionar um ambiente inclusivo que garanta o atendimento à diversidade humana.

6.2. Objetivos e Metas

1. Organizar parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social em programas destinados a ampliar a oferta de prevenção e assistência, estimulando a interação educativa adequada para o Plano Municipal de Educação nas instituições especializadas ou regulares da educação infantil, especialmente, creche.
2. Oferecer cursos para os professores em exercício nas Creches, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio para o atendimento básico a educandos especiais.
3. Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as Instituições de Educação e no Ensino Fundamental, por um profissional de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.
4. Disponibilizar materiais didáticos pedagógicos para professores de todas as séries para suprir as dificuldades.
5. Estabelecer programas para equipar a escolas, que atendem educandos com deficiência com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitam a aprendizagem teorizando as classes especiais e salas de recursos.
6. Adaptar os prédios escolares e públicos em conformidade aos já definidos requisitos de infra-estrutura para o atendimento dos alunos especiais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

7. Turmas com inclusão de alunos com necessidades especiais.
8. Disponibilizar o acesso ao transporte escolar do portador de necessidades especiais atendendo as suas necessidades educacionais.
9. Oportunizar a participação da comunidade escolar na elaboração dos projetos e atividades desenvolvidas.
10. Obter cooperação com as áreas de saúde, previdência e assistência social para, no prazo de dez anos, tornar disponível órteses, próteses e recursos ópticos para os educandos com deficiências, assim como atendimento especializado de saúde, quando for o caso.
11. Ampliar convênios para aquisição de aparelhos de amplificação sonora individual, bem como material didático que abordem conteúdos curriculares em línguas visuais.
12. Ampliar convênios para garantir manutenção dos serviços de Educação Especial.

7. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

7.1. Diagnóstico

Não há informações precisas, no Brasil, sobre a oferta de formação para o trabalho, justamente porque ela é muito heterogênea. Além das Redes Federais e Estaduais de Escolas Técnicas, existem os programas do Ministério do Trabalho, Secretarias do Trabalho e dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, assim como certo número, que se imagina muito grande, de cursos particulares de curta duração, inclusive de Educação à Distância, além de treinamento em serviço de cursos técnicos oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda muito variada. Mas há fatores preocupantes. O principal deles é que a oferta é pequena: embora de acordo com as estimativas mais recentes, já atinja, cerca de cinco milhões de trabalhadores, está longe de atingir a população de jovens que precisam se preparar para o mercado de trabalho e a de adultos que a ele precisa se readaptar.

Associado a esse fato a limitação de vagas nos estabelecimentos públicos, especialmente na rede das 137 Escolas Federais de Nível Técnico e Tecnológico, que aliam a formação geral de Nível Médio à formação profissional.

O maior problema, no que diz respeito às Escolas Técnicas Públicas de Nível Médio, é que a alta qualidade do Ensino que oferecem está associada a um custo extremamente alto para sua instalação e manutenção, o que torna inviável uma multiplicação capaz de poder atender ao conjunto de jovens que procura formação profissional. Além disso, em razão da oferta restrita, criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam.

Afora estas redes específicas, a Federal e outras poucas estaduais vocacionadas para a Educação Profissional, as demais escolas que oferecem Educação Profissional padecem de problema de toda ordem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Há um consenso nacional: a formação para o trabalho hoje exige níveis cada vez mais altos de educação básica, geral, não podendo ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular. Finalmente, entende-se que a Educação Profissional não pode ser concebida apenas como uma modalidade de Ensino Médio, mas deve constituir como educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador.

Por isso mesmo, estão sendo implantadas novas diretrizes no Sistema Público de Educação Profissional, associados à reforma do Ensino Médio. Prevê-se que a Educação Profissional, sob o ponto de vista operacional, seja estruturada nos níveis básicos independente do nível de escolarização do aluno; Técnico – complementar ao Ensino Médio; e Tecnológico – Superior de Graduação ou de Pós-graduação.

Prevê-se, ainda, a integração desses dois tipos de formação: a formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, inclusive no trabalho. Estabelece para isso um sistema flexível de reconhecimento de créditos obtidos em qualquer uma das modalidades e certifica competências adquiridas por meios não-formais de Educação Profissional. É importante também considerar que a oferta de Educação Profissional é de responsabilidade igualmente compartilhada entre o Setor Educacional, o Ministério do Trabalho, Secretarias do Trabalho, Serviços Sociais do Comércio, da Agricultura e da Indústria e os Sistemas Nacionais de Aprendizagem. Os recursos provêm, portanto, de múltiplas fontes. É necessário também, e cada vez mais, contar com recursos das próprias empresas, as quais devem financiar a qualificação dos seus trabalhadores, como ocorre nos países desenvolvidos. A política de Educação Profissional é, portanto, tarefa que exige a colaboração de múltiplas instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil.

Nosso município não possui um Centro Profissionalizante para a realização de cursos, mas nem por isso deixamos de proporcionar a realização dos mesmos. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, incentiva as pessoas interessadas em realizar cursos profissionalizantes com ajuda de custo para o transporte até a escola profissionalizante mais próxima.

7.2. Objetivos e Metas

1. Observar as ofertas do mercado de trabalho, oferecendo cursos nesta área.
2. Direcionar educandos para aperfeiçoamento profissionalizante.
3. Estabelecer parcerias entre os Sistemas Federal, Estadual e Municipal e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de Educação Profissional.
4. Incentivar, por meio de recursos públicos e privados, a produção de programas de Educação à Distância que ampliem as possibilidades de Educação Profissional permanente para toda a população economicamente ativa.
5. Manter parcerias para atendimento aos alunos de Bandeirante que freqüenta o CEDUP.
6. Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na Rede de Instituições de Educação Profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de Educação Profissional permanente para a população



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho.

8. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

8.1. Diagnóstico

No processo de universalização e democratização do Ensino, especialmente do Brasil, onde os déficits educativos e desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter na Educação à Distância um meio auxiliar de indiscutível eficácia além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

O país já conta com inúmeras redes de televisão e rádio educativas no Setor Público. Paralelamente há que se considerar a contribuição do setor privado, que tem produzido programas educativos de boa qualidade especialmente para a televisão. Há, portanto, inúmeras iniciativas neste setor.

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço, a Educação à Distância tem função estratégica: contribuir para surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influir nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na deficiência das prioridades educacionais.

O Ministério da Educação tem dado prioridade a atualização e aperfeiçoamento de professores para o Ensino Fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para este Nível de Ensino. A TV Escola e o fornecimento, aos estabelecimentos escolares do equipamento tecnológico necessário constituem importantes iniciativas. Além disso a TV Escola deverá revelar-se um instrumento importante para orientar os Sistemas de Ensino quanto à adoção dos novos parâmetros e diretrizes curriculares.

O Ministério da Educação, a União e os Estados são parceiros necessários para o desenvolvimento da informática nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

É preciso ampliar o conceito de Educação à Distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os Níveis e Modalidades de Educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, sejam por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia.

O material escrito, parte integrante e essencial para a eficácia desta modalidade de educação, deverá apresentar a mesma qualidade dos materiais audiovisuais.

A Lei de Diretrizes e Bases considera a Educação à Distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender às demandas da sociedade brasileira.

Neste sentido já estão informatizadas as escolas da Rede Municipal, onde os alunos têm a sua disposição aulas de informática semanais, com professor habilitado.

Será oferecido curso de capacitação de recursos humanos para atuarem com laboratórios de informática e aulas de informática, com recursos próprios da municipalidade.

A Rede Estadual de Ensino implantou em 2007 uma sala adaptada para informática a qual possui 10 computadores instalados com internet. Os mesmos estão disponíveis para todos os professores que dentro de sua disciplina queira fazer uso a trabalhos de pesquisa, bem como estão a disposição para os alunos digitar trabalhos e fazer pesquisa extra classe.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

As tecnologias utilizadas na Educação à Distância não podem, entretanto, ficar restritas a esta finalidade. Elas constituem hoje um instrumento de enorme potencial para o enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial. Para isto, é fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utilizá-los e integrar a informática na formação regular dos alunos.

A televisão, o vídeo, o rádio, o computador e o DVD constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e integração direta entre educador e educando.

8.2. Objetivos e metas

1. Buscar alternativas para redução de custos dos serviços de comunicação e informação.
2. Difundir os programas de formação à distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de Ensino Fundamental.
3. Buscar parceria com o SINE, as empresas, os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a Escola Técnica Federal, para produção e difusão de Programas de Formação Profissional à Distância.
4. Assegurar às escolas públicas, de Nível Fundamental e Médio, o acesso universal à TV Escola, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola.
5. Capacitar os professores para a utilização plena da TV Escola.
6. Utilizar o núcleo de tecnologia educacional para atuar como centro de orientação para as escolas no acesso aos programas informatizados e aos vídeos educativos.
7. Ampliar a instalação de computadores em centros de Educação Infantil, escolas de Ensino Fundamental e Médio, promovendo condições de acesso à internet.
8. Ampliar a capacitação de professores e técnicos em informática da Educação.
9. Equipar, em dez anos, todas as escolas de Ensino Fundamental, com computadores e desenvolver programas educativos apropriados.
10. Observar, no que diz respeito à Educação à Distância e às novas tecnologias educacionais, as metas pertinentes incluídas nos capítulos referentes à Formação de Professores, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena e à Educação Especial.

IV - MAGISTÉRIO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

9. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

9.1. Diagnóstico



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A melhoria da qualidade do ensino somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização e a qualificação permanente do magistério. Sem esta, ficam frustrados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização pressupõe e só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente:

- A formação profissional inicial,
- As condições de trabalho, salário e Plano de Cargos e Salários,
- E a formação continuada.

A simultaneidade dessas três condições, mais do que uma conclusão lógica, é uma lição extraída da prática. Esforços dos sistemas de ensino e, especificamente, das instituições formadoras em qualificar e formar professores tem se tornado pouco eficaz para produzir a melhoria da qualidade do ensino por meio de formação inicial porque muitos professores se deparam com uma realidade que, muitas vezes, provoca desânimo. Ano após ano, grande número de professores abandona o magistério devido aos baixos salários e más condições de trabalho nas escolas. Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. E também que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. Se, de um lado, há que repensar a própria formação, em vista dos desafios presentes das novas exigências no campo da educação, que exige profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e isso não é uma questão meramente técnica de oferta de maior número de formação inicial e de cursos de qualificação em serviço, por outro lado é fundamental manter na Rede de Ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério. Salário digno e carreira no magistério entra, aqui, como componentes essenciais. Avaliação de desempenho também tem importância nesse contexto.

Em coerência com esse diagnóstico, o Plano Municipal de Educação estabelece diretrizes e metas relativas à melhoria das escolas, quer no tocante aos espaços físicos, à infraestrutura, aos instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio, aos meios tecnológicos, etc., quer no que diz respeito à formulação das propostas pedagógicas, à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e nos conselhos escolares, quer, ainda, quanto à formulação dos Planos de Cargos e Salários do Magistério.

A implementação de Políticas Públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do país, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da nação. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

- *Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;*
- *Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;*



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- *Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;*
- *Salário condigno, competitivo no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;*
- *Compromisso social e político de docência.*

Os quatro primeiros precisam ser supridos pelos Sistemas de Ensino. O quinto depende dos próprios professores, o compromisso com a aprendizagem dos alunos, o respeito a que têm direito como cidadãos em formação, interesse pelo trabalho e participação no trabalho de equipe, na escola. Assim, a valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, da garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração, e, pelo lado dos profissionais do magistério, do bom desempenho na atividade docente. Dessa forma, há que se prever na carreira sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos que levem em conta as condições de trabalho e de formação continuada e a avaliação do desempenho dos professores.

Na formação inicial é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula.

A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Portanto, a educação deverá dar especial atenção à formação permanente dos Profissionais da Educação.

Quanto à remuneração, é indispensável que níveis mais elevados correspondam a exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho.

9.2. Objetivos e Metas

1. *Garantir a reformulação de novos Planos de Cargos e Salários para o magistério e aprovados de acordo com as determinações da Lei nº 9.424/96 e Resolução 03/97, do Conselho Nacional de Educação.*
2. *Institucionalizar no prazo de dois anos, Sistemas de Avaliação de Desempenho dos docentes, nas formas da Lei.*
3. *Implementar, gradualmente, uma jornada de trabalho de tempo integral, cumprida em um único estabelecimento escolar, de forma a viabilizar entre 20% da carga horária para outras atividades.*
4. *A partir da entrada em vigor deste Plano Municipal de Educação, somente admitir professores e demais Profissionais de Educação que possuam as qualificações mínimas exigidas no Art. 87 da LDB.*
5. *Organizar, com a colaboração da União e do Estado, programas de formação em serviço que assegurem a todos os docentes a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela LDB, observando os novos parâmetros e diretrizes curriculares.*
6. *Desenvolver programas de Educação à Distância que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível o cumprimento da meta anterior.*



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

7. *Incentivar as instituições públicas de Nível Superior, na oferta, de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a Educação Especial, a Gestão Escolar, a Formação de Jovens e Adultos, a Educação Infantil e os Profissionais do Ensino que oferecem apoio pedagógico ao trabalho docente.*
8. *Garantir que, no prazo de dez anos, todos os professores de Ensino Médio possuam formação específica de Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura Plena nas áreas de conhecimento em que atuam.*
9. *Incluir em quaisquer cursos de Formação Profissional, de Nível Médio e Superior, conhecimento sobre educação das pessoas com necessidades especiais, na perspectiva da integração social.*

10. FINANCIAMENTO E GESTÃO

10.1 Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos assim como a identificação de recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficiente, seja por meio de criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados a manutenção e o desenvolvimento do ensino devem representar ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. É preciso, entretanto desfazer alguns enganos. A uma imagem equivocada que esta fonte representa valor elevado. A vinculação é realizada em relação as receitas resultantes de impostos e não a totalidade dos recursos orçamentários. Os recursos de impostos não constituem sequer a totalidade dos recursos tributários (que incluem taxas e contribuições de melhoria).

Em 1995, antes da aprovação da Emenda Constitucional nº 14, verificavam-se graves distorções. Por exemplo, no Maranhão na reduzida Rede Estadual os gasto médio por aluno era de R\$ 343,00, ao passo que nas Redes Municipais, responsáveis pela maioria das matrículas o valor aplicado não passava de R\$ 88,00, no extremo oposto em São Paulo, onde o estado arcava com a maior parte das matrículas do Ensino Fundamental, o gasto correspondia a R\$ 336,00 enquanto nas Redes Municipais equivalia a R\$ 1.165,00. O conjunto dos municípios do Maranhão e de Alagoas eram responsáveis por 213 das matrículas e recebia apenas 113 dos recursos. Assim, dois cidadãos do mesmo estado e do mesmo Nível de Ensino eram tratados de forma absolutamente distinta.

Para corrigir esta situação foi concebido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que passou a ser conhecido como FUNDEF. Este é constituído por uma cesta de recursos equivalentes a 15% de alguns impostos do estado (FPE, ICMS, Cota do IPI-Exp.) e dos municípios (FPM, Cota do ICMS, Cota do IPI-Exp.), além da compensação referente às perdas com a desoneração das exportações, decorrentes da Lei Complementar nº 87/96.

Os núcleos da proposta do FUNDEF são: o estabelecimento de um valor mínimo por aluno a ser despendido anualmente, a redistribuição dos recursos do fundo, segundo o número de matrículas e a subvinculação de 60% de seu valor para o pagamento de profissionais do magistério em efetivo exercício. Se o Fundo no âmbito de determinado estado não atingir o valor mínimo a União efetua a complementação.

Além de promover a equidade o FUNDEF foi o instrumento que induziu várias outras transformações:

- Com a criação de contas únicas e específicas e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF deu-se mais transparência à gestão. A maior viabilidade dos recursos possibilitou inclusive a identificação de desvios;
- Com a obrigatoriedade da apresentação de Planos de Cargos e Salários com exigência de habilitação deflagrou-se um processo de profissionalização da carreira;
- Com a subvinculação ao pagamento dos professores melhoraram os salários e foram novamente atraídos para a carreira professores que ocupavam outras posições no mercado de trabalho;
- A fixação de um critério objetivo do número de matrículas e a natureza contábil do fundo permitiu colocar os recursos onde estão os alunos e eliminar práticas clientelistas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

No ano de 2007, em processo de evolução, cria-se o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que vem substituir o FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) através da emenda Constitucional nº 53, de 19 de Dezembro de 2006. Fundeb é um fundo de natureza contábil, regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.493, de 20 de Junho de 2007. Sua implantação teve início em 1º de Janeiro de 2007, de forma gradual, com previsão de ser concluída em 2009, quando estará funcionando com todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial e os percentuais das receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição dos impostos: FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI-Exp (Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações), acrescentando-se ainda os impostos ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações), IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), ITR (Imposto Territorial Rural);

Em cada estado, o fundo é composto por percentuais das seguintes receitas:

Receita/Ano	2007	2008	2009	2010/2020
FPE	16,66%	18,33%		20%
FPM	16,66%	18,33%		20%
ICMS	16,66%	18,33%		20%
IPIexp	16,66%	18,33%		20%
Desoneração Exportações	16,66%	18,33%		20%
ITCMD	6,66%	13,33%		20%
IPVA	6,66%	13,33%		20%
ITR – Cota Municipal	6,66%	13,33%		20%
Complementação da União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	10% da contribuição de estados e municípios

Os recursos do Fundo destinam-se a financiar a Educação Básica (Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos). Sua vigência é até 2020.

A distribuição é realizada com base no número de alunos da Educação Básica Pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Ou seja, os municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, observada a seguinte escala de inclusão:

Etapa/Modalidade de ensino	2007	2008	A partir de 2009
Ensino Fundamental Regular e Especial	100%	100%	100%
Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	33,33%	66,66%	100%

Os recursos do Fundo, inclusive aqueles de complementação da União, serão utilizados pelo município no exercício financeiro em que lhe for creditado, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública; Assim sendo: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

Conforme dispunha o Plano Nacional de Educação para Todos, a melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e dos demais níveis da administração educativa como a ação nos estabelecimentos de ensino. Essa profissionalização implica a definição de competências específicas



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objeto o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade.

Financiamento e Gestão estão indissolavelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilita amplamente esta tarefa ao estabelecer, no § 5º do Art. 69, o repasse automático dos recursos vinculados, ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Ao tratar do financiamento da educação é preciso reconhecê-la como um *valor em si*, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para melhoria da qualidade de vida da população. Assim a educação e seu financiamento não serão tratados neste Plano Municipal de Educação como um problema econômico, mas como uma questão de cidadania.

Para que a Gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que o **que** ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Há competências concorrentes, como é o caso do Ensino Fundamental, providos por Estados e Municípios. Ainda que consolidados as redes de acordo com a vontade política e capacidade de financiamento de cada ente, algumas ações devem envolver Estados e Municípios, como é o caso do transporte escolar. Mesmo na hipótese de competência bem definida, como a Educação Infantil, que é de responsabilidade dos municípios, não pode ser negligenciada a função supletiva dos Estados (Art. 30, VI, CF) e da União (Art. 30, VI, CF e Art. 211, § 1º, CF). Portanto, uma diretriz importante é o aprimoramento contínuo do regime de colaboração. Este deve se dar, não só entre União, Estados e Municípios, mas também, sempre que possível, entre entes da mesma esfera federativa, mediante ações, fóruns e planejamento interestaduais, regionais e intermunicipais.

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui diretriz da maior importância à transparência. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos Sistemas de Ensino, como o Conselho de Educação e os órgãos de Controle Social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF/FUNDEB, cuja competência deve ser ampliada, de forma a alcançar todos os recursos destinados à Educação Básica. Cria-se um sistema de avaliação indispensável para verificar a eficácia das Políticas Públicas em matéria de Educação.

Finalmente, deve-se ampliar a efetiva desburocratização e descentralização da gestão nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira, garantindo as Unidades Escolares o repasse direto de recursos para desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e para despesas de seu cotidiano.

10.2 Objetivos e Metas

10.2.1 Financiamento

1. Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegure o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento.
2. Criar mecanismos que viabilizem o acompanhamento e do cumprimento do § 5º do Art. 69 da LDB, que assegura o repasse automático dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

3. Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos Arts. 70 e 71 da LDB, que definem quais os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e quais aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.
4. Mobilizar o Conselho do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB e a população em geral para que exerçam a fiscalização necessária para o cumprimento na aplicação dos recursos.
5. Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação.
6. Integrar ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros do MEC e de outras Secretarias nas áreas de atuação comum.

10.2.2 Gestão

1. Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino com vistas a uma ação coordenada, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas.
2. Estimular a colaboração entre as Redes e Sistemas de Ensino Municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais consultivos, quando necessários.
3. Estimular e apoiar tecnicamente o Conselho Municipal de Educação.
4. Definir normas de gestão democrática do Ensino Público, com a participação da comunidade.
5. Editar normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das Instituições Escolares.
6. Desenvolver padrão de Gestão que tenha como elementos à destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
7. Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.
8. Informatizar, gradualmente, com auxílio técnico e financeiro da União, a administração das escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as Secretarias de Educação, de tal forma que, em dez anos, todas as escolas estejam no Sistema.
9. Estabelecer com a colaboração das instituições de Ensino Superior, programas diversificados de formação de gestores escolares.
10. Estabelecer com a colaboração técnica e financeira do Estado e da União, um programa de avaliação de desempenho do aluno do Ensino Fundamental.
11. Estabelecer programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de Educação Infantil.
12. Definir padrões mínimos de qualidade na aprendizagem na Educação Básica numa Conferência Municipal de Educação, que envolva a comunidade educacional.
13. Valorização salarial do Magistério.
14. Permanência dos direitos adquiridos nos Planos de Cargos e Salários.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

15. Aposentadoria aos 25 anos de carreira independente da idade, nas áreas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Um plano da importância e da complexidade do Plano Municipal de Educação tem que prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso

A implantação e o desenvolvimento desse conjunto precisa de uma coordenação exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação.

Desempenhará também um papel essencial nessas funções o Conselho Municipal de Educação. Considera-se, igualmente, muito importante a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da Educação, dos estudantes e dos pais reunidos nas suas entidades representativas.

É necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação. O art. 227, § 7º da Constituição Federal determina que no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de 0 a 18 anos idade) seja levado em consideração o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

Entre essas organizações estão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e os Conselhos Tutelares. Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Conselho Municipal ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento a Educação dos Jovens e Adultos e Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE deverão ter, igualmente, corresponsabilidade na boa condução deste Plano.

A avaliação do Plano Municipal de Educação deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo Sistema de Avaliação já operado pelo Ministério da Educação, nos diferentes níveis, como os do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico – SAEB; do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.

Além da avaliação contínua, deverão ser feitas avaliações periódicas, após a implantação do Plano Municipal de Educação.

JOSÉ CARLOS BERTI
PREFEITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1998.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Lei do FUNDEF*. Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Educação*. Brasília, 1997.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2000.

BRASIL. *Lei do FUNDEB*. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.